

A EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E DO SEU OUTRO¹

LA EXPANSIÓN DE LA CAÑA DE AZÚCAR Y EL SUS OTROS

Cláudia Marques **ROMA***

Resumo: No contexto da agricultura, a reestruturação produtiva do capital possibilita que ramos com maior composição orgânica de capital, como o setor sucroalcooleiro, se territorializem, alterando padrões pré-existentes, introduzindo transformações locais e regionais e aprofundando as desigualdades socioespaciais. A agricultura científica, além de fragmentar o espaço agrícola, modifica a estrutura fundiária e a utilização das terras, altera a quantidade produzida de produtos alimentícios, rebatendo negativamente na estrutura familiar camponesa, expulsa os camponeses de suas terras, intensifica os fluxos migratórios, introduz formas regressivas de relações de trabalho e transforma os pares dialéticos rural/urbano na tríade rural/urbano/agrícola. Portanto, a agricultura científica globalizada, identificada neste contexto com o setor sucroalcooleiro, gera o seu outro, que é a expansão da exclusão social, da pobreza urbana, da desterritorialização e da expropriação. Assim, os problemas apresentados, que são agrários, gerados pelo modelo de produção adotado, passam a ser também questões urbanas. Ou seja, na contemporaneidade podemos dizer que o problema urbano é um problema agrário e vice-versa.

Palavras-chave: agronegócio sucroalcooleiro, estrutura fundiária, pobreza urbana, desterritorialização

Resumén: En el contexto de la agricultura, la reestructuración productiva de capital permite que las ramas con mayor composición orgánica del capital, como el sector del alcohol es territorializar cambiar las normas existentes, la introducción de los cambios locales y regionales y la profundización de las desigualdades espaciales. La agricultura científica, además de fragmentos de las tierras agrícolas, los cambios en la estructura de propiedad de la tierra y el uso de la tierra, cambios en la cantidad de alimento producido, la lucha contra el impacto negativo en los agricultores familiares campesinos estructura expulsados de sus tierras, la intensificación de la migración presenta formas regresivas de las relaciones laborales, y transforma los pares dialéctica rural / urbano en una tríada de zonas rurales o urbanas y agrícolas. Así que la agricultura mundial científica, identificados en este contexto, el sector genera encuentra su otro, que es la expansión de la exclusión social, la pobreza urbana, el despojo y la expropiación. Por lo tanto, los problemas que presentan son la producción agraria generada por el modelo adoptado, pero que se convierten, así, los problemas urbanos. Es decir, hoy en día podemos decir que el problema es un problema urbano-rural y viceversa.

Palabras clave: la agroindustria de caña de azúcar, pobreza urbana, propiedad de la tierra, desterritorialización

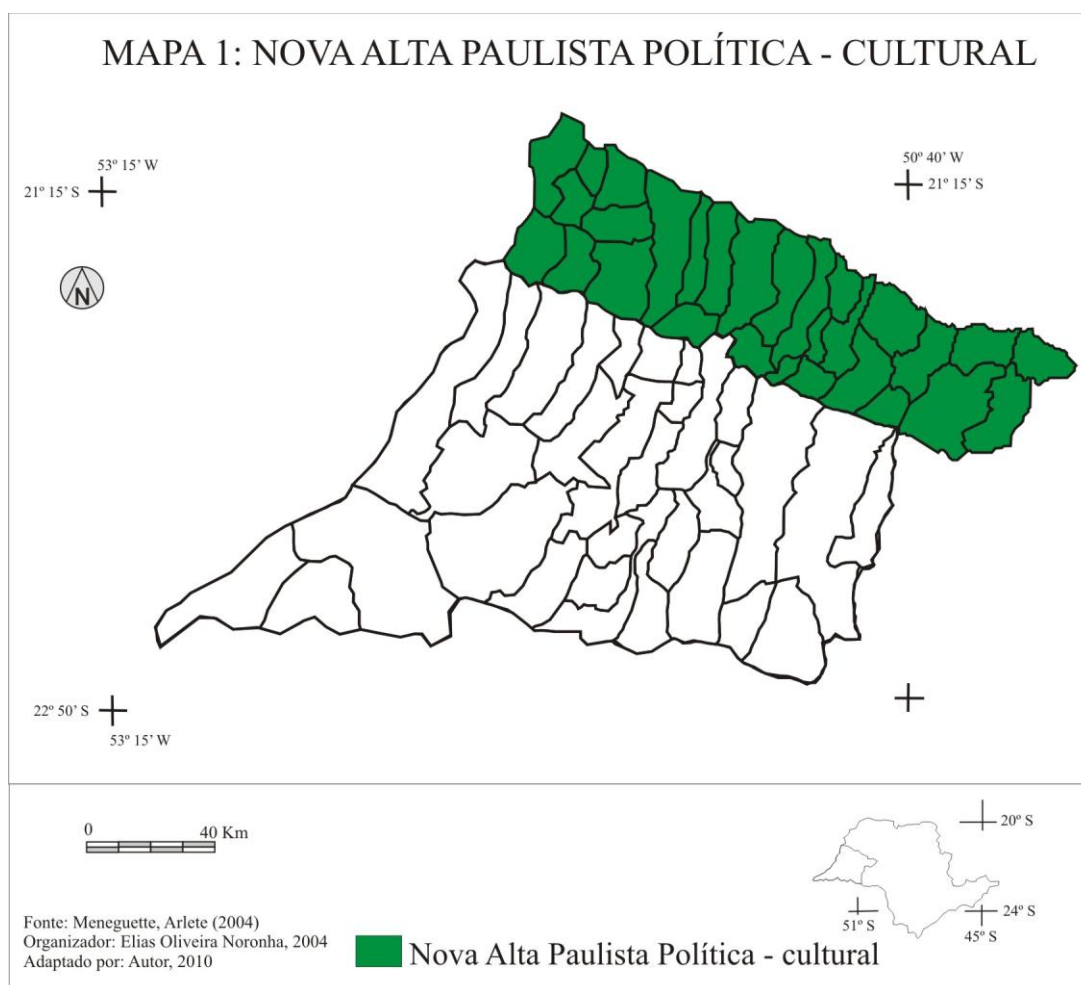
¹ Este artigo é resultado das discussões oriundas da pesquisa de doutorado em desenvolvimento, com auxílio financeiro da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). E-mail marquesroma@yahoo.com.br

*Licenciada e bacharel em geografia, mestrado em geografia (UNESP - Presidente Prudente) e doutoranda pela mesma instituição.

Introdução

Para compreender os processos socioespaciais referentes à expansão da cana-de-açúcar, delimitamos a região da Nova Alta Paulista como recorte empírico (mapa 1), a fim de elucidar que as transformações ocorridas na estrutura fundiária e a utilização das terras promovem um crescimento econômico cada vez mais desigual, que gera desequilíbrios, exclusão social e pobreza. acentuando as desigualdades socioespaciais.

Mapa 1 - Nova Alta Paulista Política-cultural* (2010)



*O governo paulista realiza o zoneamento do estado em Regiões Administrativas pautado na regionalização como classificação de áreas, e nesse modelo o espaço é desagregado de sua complexidade. As dimensões política e cultural da região são desconsideradas em detrimento de decisões políticas que não levam em questão as verdadeiras identidades regionais. Portanto, a Nova Alta Paulista política-cultural está baseada na delimitação utilizada pela Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP), que considera as características políticas e culturais da área.

No decorrer da colonização dessa região, a maior parte dos novos proprietários era composta por ex-colonos das antigas fazendas de café, os quais, contando com poucos recursos financeiros, tecnológicos e técnicos, só podiam comprar uma pequena gleba, contribuindo assim para que a estrutura fundiária da região fosse constituída de pequenas e médias propriedades rurais (GIL, 2007).

Com o elevado número de pequenas propriedades houve um incremento no

contingente populacional e as dificuldades de locomoção por parte dos novos proprietários descapitalizados que, para percorrer grandes distâncias, em sua maioria só o faziam em lombo de cavalos, levaram à formação de pequenos povoados (MONBEIG, 1984). Dessa forma, propiciou-se a formação inicial de uma incipiente rede urbana composta por pequenas cidades. Esses aglomerados eram fundamentais no estabelecimento das relações econômicas envolvendo o urbano e o rural, pois constituíam um espaço de comercialização que, de um lado, beneficiava a distribuição de alguns produtos do mundo rural, e de outro, supria as necessidades das pessoas, com a oferta de produtos industrializados provenientes das cidades maiores.

A rede urbana de cidades pequenas subdivide-se em cidades locais e sub-regionais, sendo que as primeiras são aquelas possuidoras de um nível de menor complexidade funcional (SANTOS, 1982), constitutivas da base da pirâmide relativa à rede urbana, nas quais os moradores suprem somente suas necessidades vitais e recebem mão de obra especializada de outros centros para conseguirem atender outras demandas. Os moradores desses pequenos centros têm que recorrer a outros de maior porte para terem acesso a serviços e equipamentos urbanos mais diversificados e especializados. Além da conceituação baseada nas funções urbanas, devemos destacar que essas localidades apresentam especificidades em relação a outras aglomerações urbanas com nível funcional e populacional mais elevado, tais como: as relações entre os agentes sociais marcadas por proximidade, compadrio, favorecimento e vizinhança; a visibilidade dos processos sociais, tendo sua base na proximidade espacial, que faz com que as desigualdades socioespaciais se intensifiquem; as relações entre rural/agrícola/urbano, pois só compreendemos as dinâmicas socioespaciais intraurbanas, analisando as inter-relações com o modo de vida e os valores rurais e/ou com as formas de produção agrícola, com as quais se articulam ou às quais se vinculam.

Já as cidades sub-regionais são aquelas localizadas num nível funcional acima do encontrado na cidade local, pois possuem equipamentos e serviços que geram centralidade em relação à sua hinterlândia, mas, ao mesmo tempo, para suprir as demandas ainda mais diversificadas e especializadas, sua população tem que se deslocar para outras cidades.

Nessa formação socioespacial, pautada em pequenas e médias propriedades rurais e com uma rede urbana composta por pequenas cidades, expande-se, recentemente, o setor sucroalcooleiro que, ao se territorializar, altera padrões pré-existentes e introduz transformações locais e regionais, aprofundando as desigualdades socioespaciais.

A estrutura fundiária e a utilização das terras

Como apontado acima, a estrutura fundiária da Nova Alta Paulista foi constituída de pequenas e médias propriedades rurais. No entanto, profundas mudanças estruturais que vêm ocorrendo nas últimas décadas no cenário internacional e nacional dinamizam o complexo de reestruturação produtiva do capital. No âmbito da agricultura, a reestruturação produtiva do capital engendra uma diversidade de transformações, tais como: avanços tecnológicos e gerenciais; novas formas de contratação; redefinição das funções e papéis do Estado; novas regras do mercado internacional de *commodities* para os produtos agrícolas e agroindustrializados. Esse conjunto de modificações se expressa territorialmente, produzindo uma reformulação na agricultura brasileira e profundas alterações no espaço e no território (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Dessa forma, “no campo, tem-se uma heterogeneidade de atividades, em função da complexificação do processo produtivo (cadeias produtivas) e da inter-relação cada vez mais forte entre os investimentos agroindustriais e financeiros” (THOMAZ JUNIOR e

MENDONÇA, 2009, p.24).

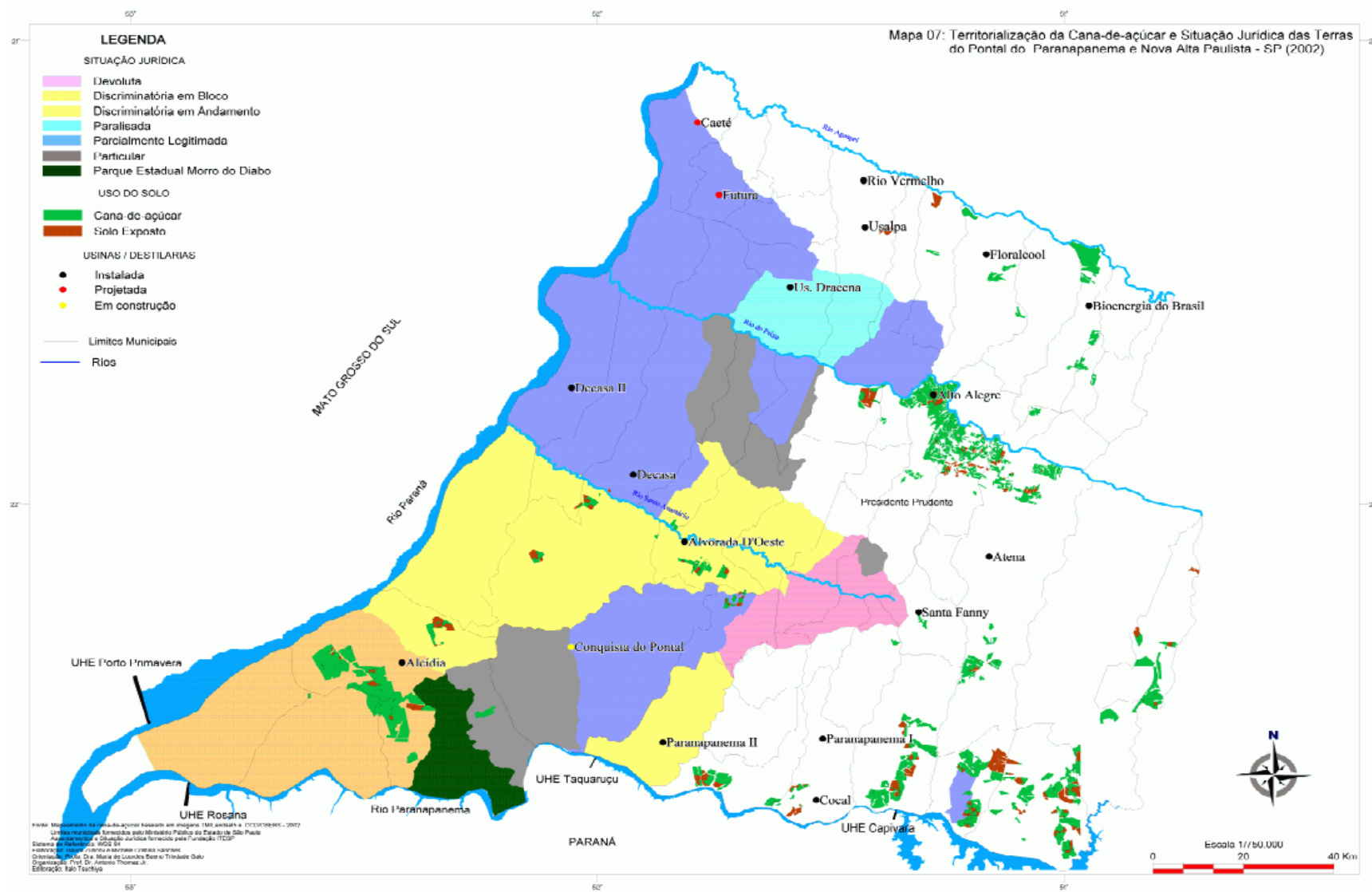
Nesse contexto de globalização, as transformações no processo produtivo agropecuário demandam a introdução da ciência, da tecnologia e da informação, do que “resultou, então, um novo modelo técnico, econômico e social de produção agropecuária, ao qual aqui chamaremos, conforme Santos (2000), de agricultura científica, oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital” (ELIAS, 2006, p.02).

A reestruturação produtiva, baseada na introdução de uma agricultura científica, possibilita que os ramos com maior composição orgânica do capital, como o setor sucroalcooleiro, se territorialize na Nova Alta Paulista, alterando os padrões pré-existentes e introduzindo transformações locais e regionais.

Além desses fatores, dois elementos favorecem a expansão da cana-de-açúcar na região analisada. Primeiro, o setor sucroalcooleiro dinâmico, dotado de tecnologia de ponta, altos investimentos e expressiva contratação de trabalhadores, especialmente braçais. Segundo elemento, pequenas propriedades, com predomínio de mão de obra familiar. Entre os dois, existem propriedades rurais, cujos proprietários, com idade média superior a 50 anos, contam “com pouco capital para investimento e com dificuldade para reiniciar uma atividade lucrativa. São pessoas que substituíram os cafezais por pastagens, que, neste momento, disponibilizam condições favoráveis para a expansão da cana-de-açúcar” (GIL, 2007, p. 257).

Thomaz Junior (2009), ao analisar a dinâmica territorial da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema, utiliza informações oriundas da interpretação de imagens de satélites (figuras 1 e 2) e destaca dois momentos (2002 e 2008) para demonstrar a expansão dessa cultura. O ano de 2002 demarca o início desse processo e 2008, uma etapa já bem consolidada da expansão. Thomaz Junior (2009) e Gil (2007) destacam que o *boom* da cana-de-açúcar na Nova Alta Paulista ocorreu no ano de 2006.

Figuras 1 e 2 - Área de ocupação de cana-de-açúcar: Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista (2002 e 2008)



Fonte: THOMAZ JR. Antonio (2009)

Ao interpretar as imagens, juntamente com seus trabalhos de campo, Thomaz Junior (2009, p. 320) indica que a expansão da cana-de-açúcar está se territorializando em áreas de pastagens e de culturas (anuais e perenes) e sobrepondo-se a áreas com pendências jurídicas.

O elevado número de usinas e destilarias de açúcar e álcool presente na região da Nova Alta Paulista (mapa 2) reestrutura a dinâmica dos municípios, principalmente, em uma região basicamente composta por pequenas propriedades. Além das agroindústrias canaveiras existentes no território da Nova Alta Paulista, encontram-se ainda usinas e/ou destilarias em Nova Independência, Castilho, Mirandópolis, Valparaíso, Bento de Abreu, Guararapes, Clementina e Presidente Prudente (distrito de Ameliópolis). Destacamos essas unidades pela sua proximidade geográfica com a região analisada, pois a dinâmica da agroindústria canaveira extrapola os limites dos municípios.

Como se pode observar nos gráficos e na tabela abaixo, a expansão da monocultura da cana-de-açúcar, além de transformar a estrutura fundiária e a utilização das terras, engendra mudanças nos processos socioespaciais.

Mapa 2 - Nova Alta Paulista: agroindústria canaveira (2010)

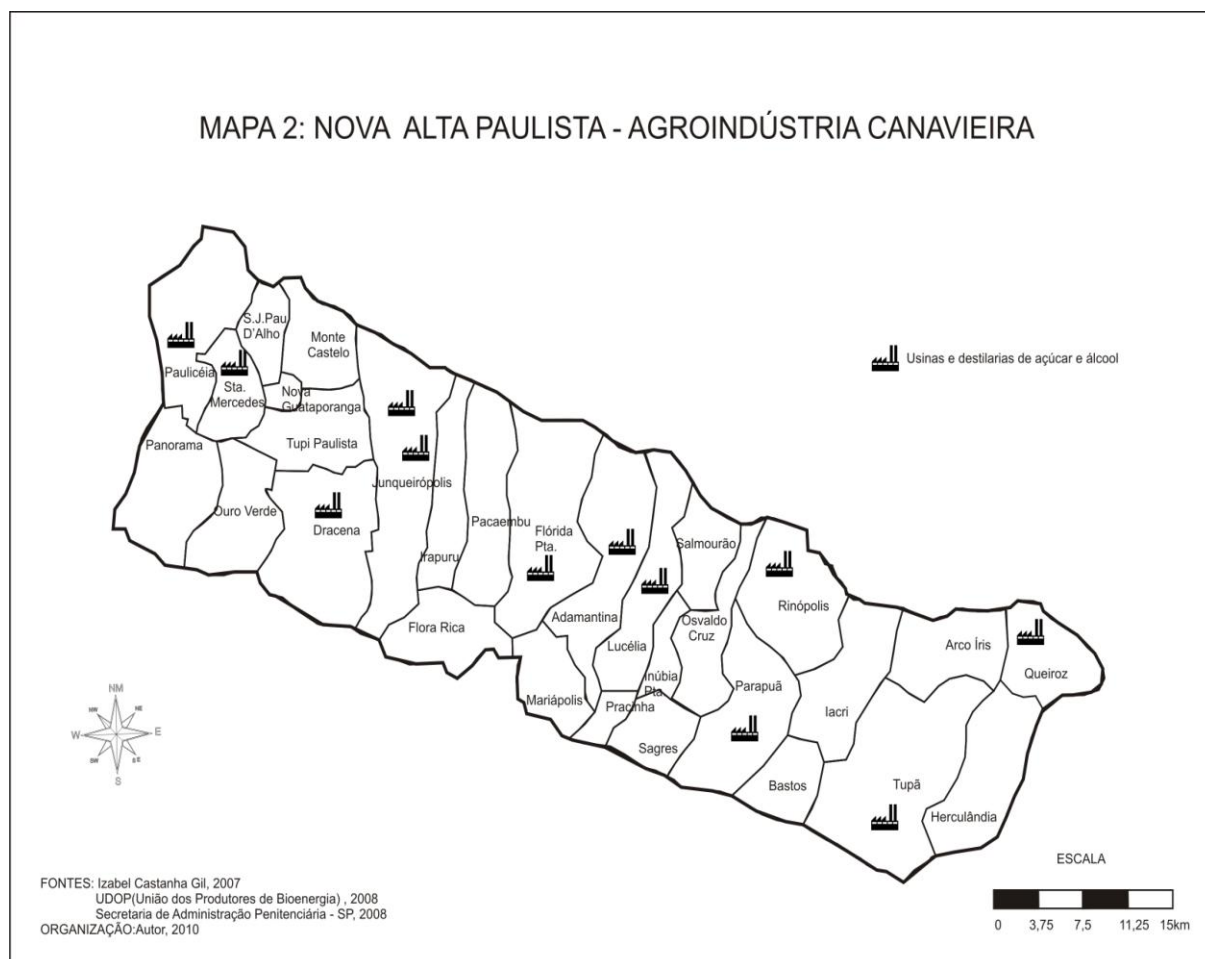
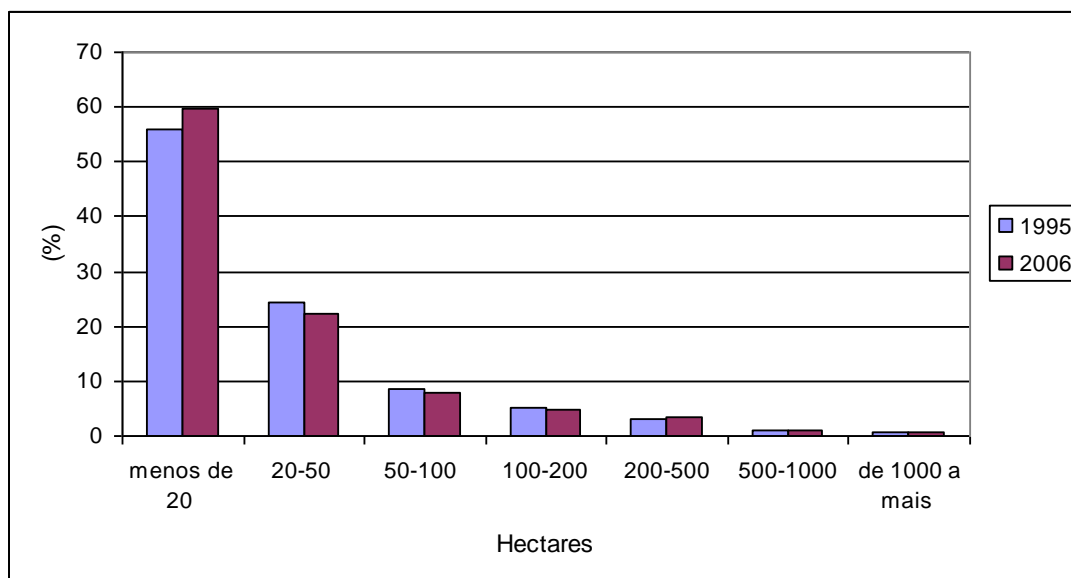
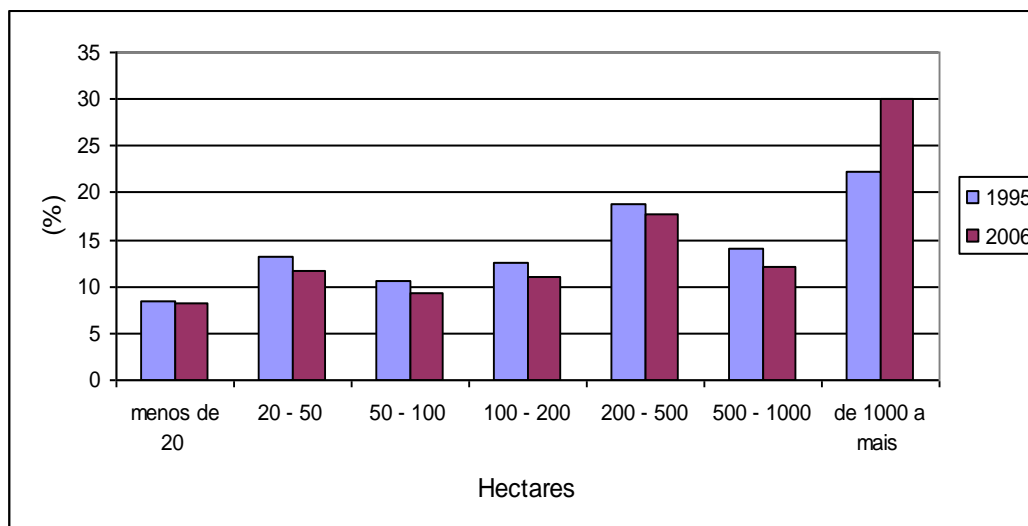


Gráfico 1 - Estrutura Fundiária Nova Alta Paulista - Número de Estabelecimentos Agropecuários (1995 e 2006)



Fonte: Censo Agropecuário 1995 e 2006 (IBGE); Org. autor, 2010.

Gráfico 2 - Estrutura Fundiária Nova Alta Paulista - Área dos Estabelecimentos Agropecuários (1995 e 2006)



Fonte: Censo Agropecuário 1995 e 2006 (IBGE); Org. autor, 2010.

Como já citado, a estrutura fundiária da Nova Alta Paulista caracteriza-se pelo elevado número de pequenas propriedades. As propriedades que possuem menos de 20 hectares representavam, em 1995 e 2006, respectivamente, 56,0% e 59,72% do total dos estabelecimentos, seguido das que detêm entre 20 e 50 hectares, com 13,23% em 1995 e 11,68% em 2006, enquanto nos demais extratos houve uma pequena diminuição nesse período de 1995 a 2006, observando-se um discreto aumento nos estabelecimentos com área de 1.000 hectares ou mais (0,72% para 0,80%).

Analisando os municípios individualmente, é possível constatar que as propriedades

com menos de 20 hectares apresentam, no geral, pequenas variações no que tange à redução e ao aumento do número de estabelecimentos agropecuários. Destacam-se, com diminuição, os municípios de Irapuru e Dracena, que passaram de 521 e 731 para 349 e 464 propriedades, respectivamente. Com aumento, apontamos o município de Herculândia, que passou de 185 para 369 propriedades, uma mudança atribuída principalmente à iniciativa da Prefeitura Municipal².

No entanto, o aumento do número de propriedades com menos de 20 hectares não significa a redução da concentração fundiária na região. Quando a área é considerada, observa-se o decréscimo de todas as faixas (gráfico 2), exceto a dos estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais, cujos índices passam de 175.089,282 hectares (22,35%) para 233.842,000 hectares (29,97%). A maioria dos municípios apresentou ampliação das áreas com 1.000 hectares ou mais, destacando-se, dentre eles, Adamantina, Dracena, Junqueirópolis, Osvaldo Cruz, Parapuã, Queiroz e Tupã.

A Nova Alta Paulista segue o padrão de concentração fundiária presente no Brasil. Para Oliveira (2003, p. 127), o Brasil “apresenta elevadíssimos índices de concentração de terra” e “os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou”. O aumento da concentração fundiária na região está atrelado à expansão da cana-de-açúcar que, cada vez mais, desterritorializa os camponeses em favor do agronegócio.

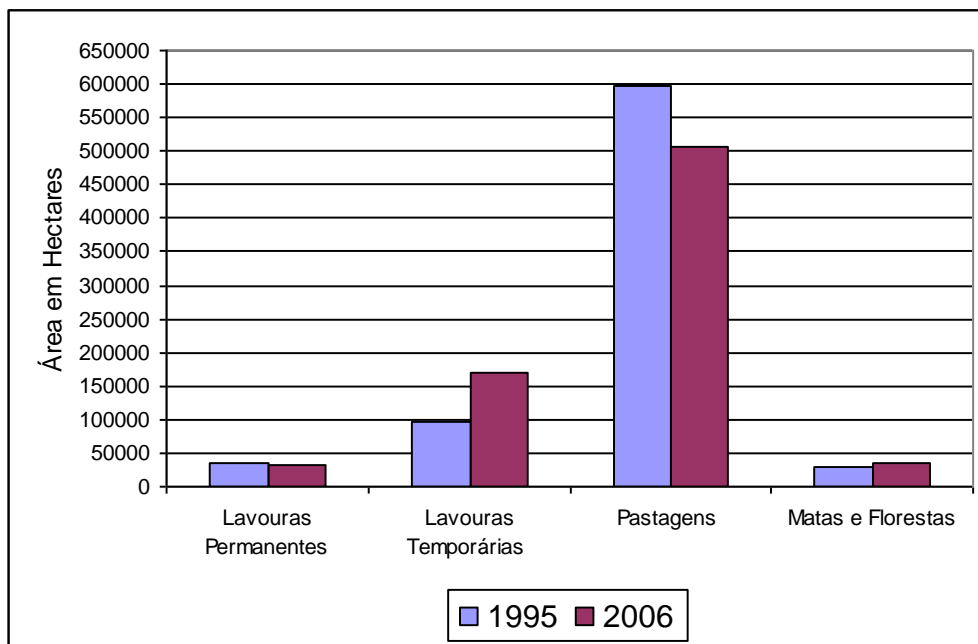
No entanto, Oliveira (2003, p.126) mostra que o discurso dos grandes proprietários de terra é de que:

não há mais “latifúndios no Brasil” e sim, o que há agora, são modernas empresas rurais. Alguns mesmo, acreditam que a modernização conservadora transformou os grandes proprietários de terra, que agora produzem de forma moderna e eficiente, tornando seu latifúndio propriedades produtivas. Esses são alguns dos muitos mitos que se tem produzido no Brasil, para continuar garantindo no Brasil 132 milhões de hectares de terras concentradas nas mãos de pouco mais de 32 mil latifundiários.

A ampliação da área de cultivo da cana-de-açúcar também altera a utilização das terras e a produção de culturas permanentes e temporárias (gráficos 3 e 4 e tabela 2).

² A Prefeitura Municipal adquiriu uma área com cerca de cinco hectares e subdividiu-a em pequenas unidades de 500 m² cada, concedendo-as, com direito de uso, a 146 famílias, para plantarem mudas ornamentais e frutíferas.

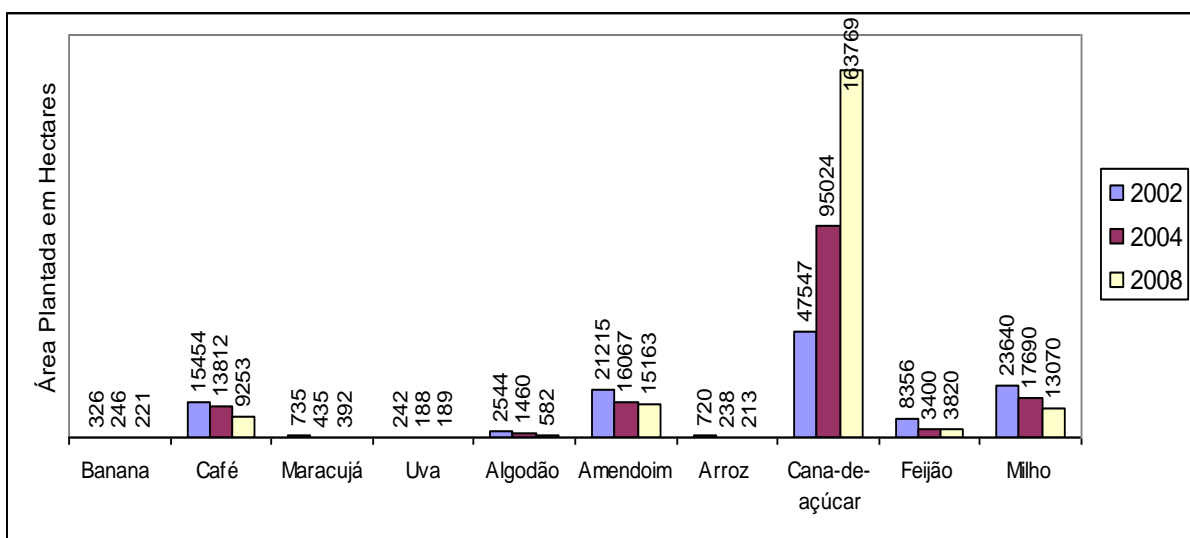
Gráfico 3 - Nova Alta Paulista: utilização das Terras – (1995 e 2006)



Fonte: Censo Agropecuário 1995 e 2006 (IBGE); Org. autor, 2010.

Considerando-se a área, há uma pequena diminuição das lavouras permanentes, que passam de 34.254,725 para 33.493,000 hectares, um acréscimo das lavouras temporárias, sobretudo pela presença da cana-de-açúcar, e uma redução das terras com pastagem, utilizadas, principalmente, com pecuária extensiva. Tomaz Junior (2008, p. 264) frisa que na (re)divisão territorial do trabalho observa-se um fluxo em via de mão dupla: “tem de um lado, os bois se deslocando do Sul para o Norte e os homens desterritorializados/expropriados percorrendo o caminho inverso...”

Gráfico 4 - Nova Alta Paulista: área plantada – lavoura permanente e temporária (2002, 2006 e 2008)



Fonte: Produção Agrícola Municipal de 2002, 2006 e 2008 – (IBGE); org. autor, 2010.

Tabela 2 - Nova Alta Paulista: produção em toneladas – lavoura permanente e temporária (2002, 2006 e 2008)

Ano/Produção	2002	2006	2008
Banana	4.503	5.730	4.260
Café	12.701	8.687	6.188
Maracujá	12.701	7.493	7.172
Uva	5.740	5.480	4.992
Algodão	4.110	2.503	1.260
Amendoim	36.627	33.404	39.669
Arroz	1.052	303	306
Cana-de-açúcar	3.635.557	8.363.015	13.517.469
Feijão	7.498	3.341	3.510
Milho	79.941	72.107	50.624

Fonte: Produção Agrícola Municipal de 2002, 2006 e 2008 – (IBGE); org. autor, 2010.

Analisando as principais lavouras da Nova Alta Paulista, observa-se uma redução em área plantada dessas culturas, sendo a cana-de-açúcar a única a se expandir, passando de 47.547,000 para 163.769,000 hectares entre os anos de 2002 e 2008. Este fator demonstra uma estagnação das lavouras tradicionais, com as consequentes descapitalização e expropriação dos camponeses.

No que tange à produção, o mesmo cenário se estrutura. Nota-se redução, principalmente, nas lavouras de café, maracujá, algodão, arroz, feijão e milho, e acréscimo nas de cana-de-açúcar e amendoim. O aumento da produção de amendoim se dá por dois motivos: a) recuperação das áreas de cana-de-açúcar, devido a sua capacidade de fixação de nitrogênio no solo; b) melhoramento genético das sementes, que possibilita um aumento de 100% das sacas colhidas, em média.

No geral, é possível afirmar que, na Nova Alta Paulista, a cana-de-açúcar destaca-se tanto na extensão de área utilizada quanto na quantidade produzida, o que leva a uma acentuada redução das áreas de plantio das culturas tradicionais e, conseqüentemente, das quantidades produzidas. Inserido na agricultura científica globalizada, o setor sucroalcooleiro “induz ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas” (ELIAS, 2006, p. 02), rebatendo negativamente na estrutura produtiva familiar.

Entre os resultados desses processos, Elias (2006, p. 12) aponta para o acirramento da dialética na organização do espaço agrícola brasileiro:

Formam-se vários diferentes *arranjos territoriais produtivos*, a culminar num espaço agrícola extremamente fragmentado. A fragmentação dos espaços agrícolas aumenta a diferenciação na lógica de sua organização, na qual denota-se a seletividade de distribuição das políticas públicas e dos sistemas de objetos. Desse modo, reforçam-se as diferenças, cada vez mais complexas e devastadoras. Isto significa que os lugares escolhidos para receber investimentos transformam-se em pontos de modernização da economia e do território enquanto todo o restante fica à margem desse processo. Intensifica-se, portanto, a existência de grandes diferenciações do espaço agrícola, que apresenta distintas densidades técnicas e normativas.

Nesse espaço agrícola fragmentado, a cana-de-açúcar se territorializa de forma acelerada, modifica a estrutura fundiária e a utilização das terras, altera a quantidade produzida de produtos alimentícios, expulsa os camponeses de suas terras, intensifica os

fluxos migratórios, introduz formas regressivas de relações de trabalho e transforma os pares dialéticos rural/urbano na tríade rural/urbano/agrícola.

A verdadeira face da expansão do setor sucroalcooleiro

A expulsão dos camponeses de suas terras, além de alterar a estrutura produtiva familiar também os expropria de seu modo de vida - do saber fazer -, configurando um circuito de pobreza que abrange não só o empobrecimento material, mas, sobretudo, o empobrecimento simbólico do ser camponês. Essas duas dimensões, resultantes da expansão do setor sucroalcooleiro, podem ser muito bem observadas nas entrevistas realizadas nas cidades da Nova Alta Paulista.

O empobrecimento material se expressa, principalmente, na redução da renda, no desemprego familiar e até mesmo na necessidade de recorrer à compra de todos os produtos consumidos pela família.

Ao vender sua terra, esse sujeito social, que tem sua identidade ligada a ela, muitas vezes não consegue, nas cidades, inserir-se em outro setor produtivo, o que provoca uma diminuição acentuada da renda familiar. Quando a “opção” é o arrendamento, essa redução ocorre com a revisão dos contratos, com o empobrecimento do solo e, também, é preciso destacar, que o desemprego familiar e a compra dos produtos alimentares refletem na renda, como esclarecem dois entrevistados: “a cana-de-açúcar acabou com os sítios, antes tinha família com até dez pessoas morando e trabalhando no sítio, agora está tudo desempregado na cidade”; “a cana-de-açúcar acabou com as lavouras, na cidade não dá para plantar um pé de milho, temos que comprar tudo.”

Ainda nesse sentido, Thomaz Junior (2009) e Oliveira (2003) apontam as pequenas unidades de produção como as que mais geram emprego e renda e as responsáveis pela maior produção de alimentos no campo brasileiro, em contraponto ao discurso do agronegócio, que atribui este papel de destaque às grandes propriedades.

No entanto, o empobrecimento simbólico é o que caracteriza, para o camponês, a perda de sua “possibilidade de existência”, como afirma Thomaz Junior (2009, p. 65):

A respeito das sociabilidades que não se restringem ao circuito da relação essencialmente capitalista, podemos tomar os exemplos das práticas socioculturais que envolvem diretamente as comunidades à memória da terra, ou seja, a terra vista não como mercadoria, mas sim território de vida, da própria existência, o que significa então, ao perdê-la perde-se juntamente a possibilidade da existência.

Assim, o camponês, no contexto da *agricultura científica*, identificada neste estudo com a expansão da cana-de-açúcar, perde sua identidade, ou seja, seu território de vida. Portanto, o *Cio da Terra* é cada vez mais distante da existência desses sujeitos sociais, enquanto o *Reino Encantado* representa uma realidade constante.

*Debulhar o trigo, recolher cada bago do trigo, forjar do trigo o milagre do pão
e se fartar de pão.*

*Decepar a cana, recolher a garapa da cana, roubar da cana a doçura do mel,
se lambuzar de mel.*

*Afagar a terra, conhecer os desejos da terra, cio da terra propícia estação e fecundar o chão.
(Cio da Terra, Milton Nascimento)*

Eu nasci num recanto feliz, bem distante da povoação foi ali que vivi muitos anos com papai, mamãe e

os irmãos.

Nossa casa era uma casa grande na encosta de um espigão, um cercado para apartar bezerros e ao lado um grande mangueirão.

No quintal tinha um forno de lenha e um pomar onde as aves cantavam, um coberto para guardar o pilão e as tralhas que o papai usava.

De manhã eu ia no paiol uma espiga de milho eu pegava, debulhava e jogava no chão, num instante as galinhas juntavam.

Nosso carro de boi conservado, quatro juntas de boi de primeira, quatro cangas de dezesseis canxins, encostado no pé da figueira.

Todo sábado ia na vila fazer compra pra semana inteira, o papai ia gritando com os bois e eu na frente abrindo as porteiras.

Nosso sítio que era pequeno pelas grandes fazendas cercado, precisamos vender a propriedade para um grande criador de gado e partimos para a cidade grande e a saudade partiu ao meu lado.

A lavoura virou colonhão e acabou-se o meu reino encantado.

Hoje ali só existem três coisas que o tempo ainda não deu fim, a tapera velha desabada e a figueira acenando pra mim e por último marco, saudade de um tempo bom que já se foi, esquecido embaixo da figueira nosso velho carro de boi.

(Meu Reino Encantado, Vicente Machado e Valdemar Reis)

As três coisas descritas no “Meu reino encantado” que o tempo não deu fim, não existiriam com a presença do mar de cana-de-açúcar que destrói todos os referenciais simbólicos para que o reino encantado não possa ser resgatado.

Além da diversidade de transformações que a reestruturação produtiva do capital engendra no espaço e no território, ela é responsável também por profundas redefinições no mundo do trabalho. Assim, com a expansão da cultura canavieira, verificamos um aumento significativo do número de migrantes, principalmente nordestinos, para as pequenas cidades da Nova Alta Paulista.

Relembrando Thomaz Junior (2009, p. 264), tal processo revela um fluxo em via de mão dupla, no qual sobem os bois e descem os homens, “desterritorializados/expropriados percorrendo o caminho inverso, em busca de emprego no corte da cana-de-açúcar, particularmente em São Paulo.” Esses trabalhadores migrantes, mão de obra não qualificada, oriundos dos pequenos municípios empobrecidos, são alvo da super-exploração do trabalho com prolongamento das jornadas, trabalho degradante e remuneração por produção (THOMAZ JUNIOR 2009, p. 139).

Na esfera da produção, os cortadores de cana-de-açúcar, submetidos ao trabalho forçado, assumem para o agronegócio canavieiro a identidade de João Ninguém.

João Ninguém. Quem é João Ninguém? Ninguém?

Depois de erguer e abaixar o braço com toda força que “não tem” por 13.500 vezes, andar mais de 15 km, erguendo e abaixando sua postura de Homo Erectus, correndo risco de corte, mutilações, queimaduras, lesões, doenças, mortes e assistindo à “corretíssima” medição de suas toneladas diárias de cana, João Ninguém sobe no “confortadíssimo” ônibus, encosta sua cabeça suada e cheia de fuligem no vidro e segue.

Como todos Joãos Ninguéns, desce do ônibus e se mistura na multidão.

Os braços de João Ninguém, ao findar do belíssimo dia, estão muito, muito inchados, afinal, foram 13.500 golpes de facão.

Oh! O que fazer? Beber! Pois amanhã, às 5 da madrugada, o ovo já deve estar na marmita. Beber! Beber o quê! Pinga claro! Ou você acha que aquela “corretíssima” medição permitirá outra coisa? E como se diz: cachaça é cachaça, além de barata, derruba.

E João Ninguém? Quanto tempo aguenta? Ah! Ele é forte, uns cinco anos, brincando.

E depois? Depois nada, ele é ninguém.

Autor

O migrante cortador de cana-de-açúcar, além das condições de trabalho observadas, tem também sua vida empobrecida na esfera da reprodução, com o acesso precário à moradia e, principalmente, no que tange à reprodução social, com a negação simbólica aos direitos básicos de cidadania, por parte dos “*estabelecidos*” - moradores que residem nessas cidades há mais tempo. Embora os migrantes (cortadores) tenham, por direito constituído, acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social, estes lhes são negados simbolicamente no discurso dos “*estabelecidos*”.

Acrescenta-se a isso o estranhamento, no sentido de uma coesão social, por parte dos “*estabelecidos*”, que não aceitam os “*outsiders*” (cortadores) e por isso os estigmatizam e excluem. No nível do simbólico, os migrantes, desterritorializados de sua origem e de seu capital social, menosprezados, sentem-se os de fora e não se reterritorializam nessa nova territorialidade temporária.

Podemos falar, então, de um migrante “desterritorializado” no sentido cultural ou simbólico, na medida em que, destituído de seu lugar e de suas paisagens de origem, ele se vê destituído também de valores símbolos, que ajudam na construção de sua identidade. (...) O migrante pode ser visto, como um desterritorializado, no sentido da perda de uma “*experiência total*” ou “*integrada*” do espaço, fruto, sobretudo, dos processos de exclusão socioespacial que ele sofre. (HAESBAERT, 2005, p. 37)

Além dos fatores apontados, a reestruturação produtiva do capital, que produz reformulações na agricultura brasileira, também promove profundas transformações nos espaços urbanos e, sendo esses espaços cidades locais como as analisadas, as relações entre rural/agrícola/urbano são percebidas de forma intensa.

Não se pode entender as cidades, mesmo as mais populosas, sem a compreensão da dialética existente entre o rural e o urbano. No entanto, nas cidades locais, essa inter-relação é mais visível e intensa, e a simples observação da paisagem urbana e do dia-a-dia das pessoas nos revela um cotidiano voltado mais para o campo do que em outras realidades urbanas.

A relação cada vez mais crescente com o agrícola se explica pela presença maciça de usinas/destilarias de álcool e açúcar na região, que absorvem grande parte da mão de obra das periferias urbanas. Segundo Corrêa (1999), as pequenas cidades estão cada vez mais destinadas a serem reservatório de mão de obra, neste caso, para o agronegócio da cana-de-açúcar.

Observa-se que o rural/agrícola complementa o urbano, pela incipiência das funções econômicas urbanas. Assim, as funções econômicas rurais/agrícolas dessas localidades são mais relevantes na geração de emprego e renda da população e para a economia da própria cidade do que as poucas e efêmeras funções urbanas que ela desempenha. A complementariedade também se faz por meio da existência de trabalhadores temporários ou boias-frias, que vivem na cidade e assumem papéis no espaço rural, sendo, portanto, parte do agrícola: desenvolvem hábitos e signos do urbano, mas adquirem seu sustento e experiência profissional no mundo rural e nas atividades agrícolas. Assim “a população agrícola torna-se maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo estacionais (os bóias-frias) (Graziano da Silva, 1989) é urbana pela sua residência” (SANTOS, 1993, p.33).

Essa relação rural/agrícola/urbano, marcada no contexto da expansão da cana-de-açúcar, ao desterritorializar os camponeses, faz com que a percepção do espaço urbano por esses sujeitos sociais se confunda com o espaço da produção do campo, materializada na cidade pelos quintais, utilizados como locais de criação de animais e de plantações.

À população agrícola já existente nessas cidades somam-se os camponeses que nelas passaram a residir, e, sobretudo, a migração de mão de obra destinada ao corte da cana-de-açúcar, intensificando, principalmente nas cidades locais, os problemas de moradia e de atendimento na área de saúde e assistência social.

As alterações no espaço e no território apresentam-se, portanto, nas relações entre campo e cidade, transformando os pares dialéticos rural/urbano na tríade rural/urbano/agrícola (ROMA, 2008). Ou seja, o capitalismo transforma o meio rural que transforma o tipo de produção dos domicílios e das relações sociais, logo, o par rural/urbano na tríade rural/urbano/agrícola.

Indagações finais

Os apontamentos realizados a respeito da expansão do setor sucroalcooleiro demonstram que, no âmbito da agricultura, a reestruturação produtiva do capital vem ocorrendo de forma avassaladora. Esse processo pode ser observado com a expansão da cana-de-açúcar na Nova Alta Paulista (SP), no Pontal do Paranapanema (SP) (THOMAZ JUNIOR, 2009), na região de Ribeirão Preto (SP), que também desenvolve o complexo da laranja (ELIAS, 2006), ou nas regiões produtoras de frutas, como os municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), no baixo curso dos rios Açu (RN) e Jaguaribe (CE) (ELIAS, 2006), ou ainda com a difusão intensiva da soja em Barreiras (BA), no sul dos estados do Maranhão e do Piauí (ELIAS, 2006) e na região de Rio Verde (GO) (MENDONÇA, 2009).

A introdução das discussões referentes à expulsão dos camponeses de suas terras, à intensificação dos fluxos migratórios, às formas regressivas de relações de trabalho e à transformação dos pares dialéticos rural/urbano na tríade rural/urbano/agrícola permite afirmar que a reestruturação da agricultura acarreta profundos impactos sociais, como se observa com a expansão do setor sucroalcooleiro, no qual: a monocultura com concentração fundiária se reafirma; gera-se a desapropriação do camponês, que passa a residir nas cidades e se empobrece; intensifica-se o processo de migração de mão de obra destinada ao corte da cana-de-açúcar, com as consequentes perda de capital social, estigmatização e exclusão social; ampliam-se, nas cidades pequenas utilizadas como reservatório de mão de obra, os problemas de moradia e de atendimento na área de saúde e assistência social; e, ainda, com a adoção de novas tecnologias e da mecanização do corte da cana-de-açúcar, acentua-se o desemprego, reforçando a pobreza nas cidades, além de aumentar a presença do circuito inferior da economia³.

Esses são problemas agrários gerados pelo modelo adotado de produção, mas que passam a ser, também, questões urbanas, ou seja, na contemporaneidade, pode-se afirmar que o problema urbano é um problema agrário e vice-versa.

Assim, a agricultura científica globalizada e com referenciais planetários, que recebe influência das mesmas leis que regem outros aspectos da produção econômica oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital (ELIAS, 2006) e que passa ser vista como o motor do desenvolvimento, gera, com muito mais intensidade, o seu outro, isto é, os espaços da exclusão social, da pobreza urbana, da desterritorialização e da expropriação.

³ Neste texto procuramos demonstrar como a expansão da cana-de-açúcar mantém e reforça a concentração fundiária, transforma a utilização das terras, altera a produção de alimentos desterritorializando os camponeses. No entanto, a discussão a cerca do outro lado desse processo, como introduzimos, será discutida por nós em outro momento.

Referências Bibliográficas

CORRÊA, Roberto L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**. Ano IV, nº6. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p.43-53

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2006.

_____. LIMA, Olga M.B. Sistema Urbano In: GALVÃO, Marília V. **Geografia do Brasil: Região Sudeste**. Rio de Janeiro: IBGE-SERGRAF, 1977. vol. 3. p. 569 a 659

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001. 2ª ed.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teóricas-metodológicas. In: **Cidades Médias: espaços em transição**, (org.) M. Encarnação Beltrão Sposito. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. O meio técnico – científico – informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: **Abordagens teóricas metodológicas em geografia agrária**, (org.) MARAFON, G. J.; RUA J.; Ribeiro, A.. Ed. da UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. IN: **Scripta Nova: Revista electrónica de geografia y ciencias sociales**. Universidade de Barcelona, v. X, num. 218 (03), agosto, 2006.

_____. Ensaio sobre o espaço agrícola de exclusão. IN: **Revista Nera**, ano 9, n. 8, Presidente Prudente, jan/jun de 2006.

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional**. 2007, 395f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. IN: **X encontro de geógrafos da América latina**. São Paulo. Universidade de São Paulo. 2005.

_____. Migração e desterritorialização. IN: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. Concepção de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et. alli. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**– Rio de Janeiro: DP&A, 2006 2ª ed. p.43-70

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**, São Paulo: Hucitec, 1984.

OLIVEIRA, A. Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Revista Terra Livre**, AGB, São Paulo, n. 21, jul./dez. 2003

ROMA, Cláudia M. **Segregação socioespacial em pequenas cidades**. Unesp/Faculdade de ciências sociais, campus de Presidente Prudente, 2008. Dissertação de mestrado

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Espaço e Sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: (Limites explicativos, autocríticas e desafios teóricos)**.v. 1, 2 e 3, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009. Tese de livre docência.

_____. Por uma “*cruzada*” contra a fome e o agrohídronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. In: **Revista Pegada**, v. 9, n.1, Junho/2008.

_____. MENDONÇA, Marcelo R. A “modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. In: **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: (Limites explicativos, autocríticas e desafios teóricos)**.v. 3., Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009. Tese de livre docência